

Projeto de Lei Complementar nº 118, de 2022

Iniciativa: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Ementa:

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever a aplicação mínima do Fundo Penitenciário Nacional na execução de medidas e penas restritivas de direitos, a transferência fundo a fundo para os Municípios, a atribuição do Departamento Penitenciário Nacional de elaborar a Política Nacional da Execução das Restritivas de Direitos, e a atribuição das secretarias municipais de segurança pública, ou congêneres, de acompanhar e fiscalizar a execução das medidas e penas restritivas de direitos.

Assunto: Jurídico - Direito Penal e Penitenciário**Data de Leitura:** 23/08/2022

Tramitação encerrada

Decisão: Retirada pelo autor**Último local:** 07/06/2023 - Coordenação de Arquivo**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 06/06/2023 - RETIRADA PELO AUTOR

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 557 de 2023

Despacho:

28/04/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CSP) Comissão de Segurança Pública

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

06/06/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: RETIRADA PELO AUTOR**Ação:** Encaminhado à publicação o RQS nº 557/2023, de autoria da Senadora Leila Barros, solicitando a retirada da matéria. Ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 411-412 - DSF nº 90

06/06/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Requerimento nº 557, de 2023, da Senadora Leila Barros, de retirada da matéria em caráter definitivo.

TRAMITAÇÃO

28/04/2023 CSP - Comissão de Segurança Pública

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição

27/04/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À CSP, CAE e CCI.

Publicado no DSF Páginas 106-111 - DSF nº 63

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

23/08/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 23/08/2022.

Publicado no DSF Páginas 93-99 - DSF nº 132

DOCUMENTOS

PLP 118/2022

Data: 23/08/2022

Autor: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever a aplicação mínima do Fundo Penitenciário Nacional na execução de medidas e penas restritivas de direitos, a transferência fundo a fundo para os Municípios, a atribuição do Departamento Penitenciário Nacional de elaborar a Política Nacional da Execução das Restritivas de Direitos, e a atribuição das secretarias municipais de segurança pública, ou congêneres, de acompanhar e fiscalizar a execução das medidas e penas restritivas de direitos.

Avulso inicial da matéria

Data: 23/08/2022

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 23/08/2022.

Descrição/Ementa: -

RQS 557/2023

Data: 06/06/2023

Autor: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido o Requerimento nº 557, de 2023, da Senadora Leila Barros, de retirada da matéria em caráter definitivo.

Descrição/Ementa: Requer a retirada de tramitação do PLP 118/2022.

Projeto de Lei Complementar nº 118, de 2022